

Televisão Digital e Convergência: da essência da tecnologia à aplicabilidade

Fabiana Piccinin¹

A discussão que atravessa o milênio em relação à Tv diz respeito às importantes inovações tecnológicas que a tornam a mídia central neste momento: a convergência tecnológica. Embora não se possa fazer previsões com exatidão, tudo leva a crer que a nova televisão, fruto da junção à tecnologia da Internet será de plasma e totalmente digital (Mattos:2000).

Essa novo meio de comunicação vai promover profundas nos diferentes âmbitos de atuação. Com relação à mudança de sinal, por exemplo, a digitalização vai provocar alterações de grande impacto. Primeiro porque a produção e captação das imagens estarão associadas à lógica da virtualidade e serão fruto dessa representação na medida em que tudo pode ser reduzido a zero e um, a unidade binária. Essa condição vai transformar o novo meio de comunicação completamente uma vez que a possibilidade de manipulação de imagens associada à potencialidade de recursos serão ilimitadas. Realidades construídas, portanto, através da virtualidade serão comuns e por isso os limites ficção e realidade e por conta disso, os limites sobretudo éticos deste novo meio de comunicação estarão postos em dúvida continuamente.

Outra importante mudança se refere à capacidade de armazenamento de sinal que também será ilimitada assim como a reprodução desse mesmo sinal que poderá ser feita sem perda de qualidade por conta da transformação de áudio e vídeo na em sinal digital:

Com a codificação digital, entretanto, atribui-se valor numérico a cada ponto de luz da imagem, de forma que este último pode ser colocado na memória do computador, manipulado à vontade, copiado quantas vezes for preciso e depois convertido novamente em imagem, sem qualquer perda de definição. A digitalização eletrônica faz desaparecer, portanto, qualquer diferença entre a imagem original e sua cópia, um dos mais sérios obstáculos à manipulação da informação em vídeo. (Machado: 1988, 30)

Quanto ao “telespectador” da Tv digital, as indicações de quem está visando este mercado – as grandes empresas do setor – apontam para o consumo individualizado, e feito através de grandes possibilidades interativas como compras e escolha de horários para assistir à programação, ao contrário da relação estabelecida hoje essencialmente baseada na reação à programação revolucionando o modelo de televisão que se conhece:

¹ Professora Coordenadora do Curso de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz (UNISC).
Doutoranda do PPGCOM – PUC.

A geração, transmissão e recepção de Tv digital por ondas hertzianas acarretará mudanças no mercado audiovisual, não só pela questão da qualidade do sinal disponibilizado, mas pela multiplicação da quantidade de conteúdo ofertado aos consumidores e por sua grande potencialidade para a inclusão de recursos na base interativa. Tal inovação incide sobre o conceito de televisão, já que a transmissão poderá acoplar outros serviços, acessáveis a partir da imagem televisiva (que pode funcionar como um índice imagético para ampliação de informações, sejam de conteúdo editorial ou – o principal na ótica dos empresários – publicitário). (Brittos (org.),161: 2002)

Assim, tanto na programação quanto na oferta de serviços viabilizada pela convergência, a Tv digital torna-se uma fonte múltipla e rica de possibilidades despertando o forte interesse do mercado deste setor em atender o consumidor frente a essa realidade completamente nova. A partir de um cem número de ofertas de programas e de serviços, o novo pacote oferecido num só aparelho vai produzir um consumo cada vez mais segmentado, ou seja, o aparelho unifica serviços e aglutina programação enquanto o consumidor tende a se diversificar cada vez mais:

Com a garantia de que o padrão de qualidade de seus produtos e a fidelidade da audiência serão mantidos, ao menos pelos próximos cinco anos, a ordem agora nas empresas de comunicação é investir na transição para a próxima fase da breve história da televisão brasileira: a da diversificação. (...) Com isso, as empresas que trabalhavam exclusivamente com televisão generalista pretendem diversificar suas atividades nas áreas de telefonia móvel e fixa, miniparabólicas, TV a cabo, MMDS, satélite, Internet, pagers, fibra óptica, rastreamento de rodovias, enfim, toda uma gama de produtos e serviços que tendem a se unificar até a virada do milênio. (Rebouças apud Mattos (org.), 74: 1999).

No Brasil, os interesses, especialmente políticos e econômicos, circundam os debates sobre a adoção da tecnologia digital que começou a ser discutida no Brasil em 1999 com análises sobre a mudança do padrão analógico para digital para a televisão. Os testes começaram há 6 anos, juntamente com os estudos de viabilidade econômica. Foram testados os padrões americano

(ATSC), europeu (DVB-T) e japonês (ISDB-T) e as discussões continuam, sem haver ainda, uma decisão final.

E enquanto o debate prossegue, percebe-se, no entanto, que a preocupação maior está muito restrita à questão da tecnologia em si, sem a análise da conjuntura brasileira. Se digitalização da Tv vai promover mudanças que vão interferir em diferentes dimensões sociais e políticas, esta discussão se torna fundamental na configuração do sistema comunicacional brasileiro. Por isso é necessário incluir também na pauta dos debates da escolha do padrão digital, preocupações na esfera da política de comunicações como a de evitar que se repita com esta nova tecnologia o problema da concentração de concessões na mão de poucas pessoas como ocorre com a Tv analógica no país. No entanto, não existe nenhum movimento neste sentido porque a sociedade brasileira desconhece o processo e o teor das discussões, ignorando o que é a Tv digital, quais são suas possibilidades e o que efetivamente pode significar na cotidianidade dos usuários.

Outra preocupação que vai neste mesmo sentido é a que diz respeito à qualidade editorial da produção sempre importante e continuamente fora da agenda de discussão de qualquer meio de comunicação. É primordial a necessidade de discutir o novo sistema não só do ponto de vista da infraestrutura tecnológica, mas também da qualidade de produção de conteúdo uma vez que os media tem grande responsabilidade dentro da sociedade onde estão inseridos. Mas ao que tudo indica, estas demandas estão cada vez mais distantes no centro das decisões relativas a isso.

As explicações para a omissão desse debate na questão da Tv digital e toda possibilidade de convergência associada a ela podem ser entendidas se pensarmos no contexto atual. A chegada da Tv digital, em termos mundiais, acontece dentro de uma conjuntura de grande liberalização da economia, forte concorrência e busca de altas taxas de produtividade e lucratividade nas empresas do setor de telecomunicações, fruto das imposições do mercado submetido às pressões de uma nova fase do capitalismo. A nova fase do sistema se caracteriza pelas relações em escala planetária de maneira a otimizar as possibilidades de tempo e espaço na mira de altas taxas de produção que continuamente posicionem empresas como líderes de mercado.

As novas tecnologias da informação e a comunicação baseadas na microeletrônica, as telecomunicações e programas de computador para o funcionamento em rede, proporcionam a infraestrutura dessa nova economia. Ainda que a internacionalização das atividades econômicas não seja nada de novo, essa infraestrutura tecnológica é. As tecnologias de informação e a comunicação concebidas em função das redes permitem uma velocidade e complexidade sem precedentes na gestão da economia. Como conseqüência, as transações econômicas e a produção podem aumentar sua escala de forma espetacular sem que isso seja obstáculo para sua capacidade de conexão. (Castells apud Giddens: 2000, 82)

Esse papel infraestrutural das novas tecnologias de informação e comunicação as transformam no que Castells (2002) chama de “provedores de informação” fundamentais na nova economia. E a televisão torna-se a maior expressão disso, por conta da importância que assume do ponto de vista do consumo já instituído, e agora agregado às novas possibilidades da convergência:

A televisão se apresenta como artefato pioneiro das promessas e riscos, das vantagens e desafios da convergência midiática. Por sua enorme implantação social, sua pujança econômica e sua expansão em novas redes, aparece crescentemente como a porta de acesso potencial de universalização dos bens e serviços da era digital em muitas sociedades. (Bustamante: 167, 2003)

Na verdade, segundo Bustamante, a televisão torna-se a própria representação da mídia deste novo tempo, especialmente no que se refere ao meio como negócio:

Além da sua natureza econômica – custos fixos, custos variáveis nulos, economias de escala potentes – a diversificação de seus modelos de negócio, suas modalidades de tarifação e sua adiantada experiência na segmentação da oferta dos usuários, a fazem aparecer como um padrão para o conjunto de novos meios ou para transformação dos setores clássicos. (Bustamante: 167, 2003)

Como a dimensão econômica e a lucratividade do negócio parecem ser as demandas prioritárias na implantação do sistema digital, as preocupações como qualidade da produção e de distribuição de concessões são de segunda ordem e por isso mesmo expressam a posição de cada país a relativo a este empreendimento. Ou seja, a Tv digital e sua caminhada em relação à convergência acaba sendo um forte indicador da representação do grau de desenvolvimento da infraestrutura tecnológica de cada sociedade no que diz respeito aos suportes digitais e, conseqüentemente, de seus mercados televisivos. Assim, cada país vai gerir suas potencialidades e/ou necessidades tecnológicas, econômicas e políticas e considerar esses fatores na adoção de um caminho de desenvolvimento tecnológico das comunicações de maneira a produzir um cruzamento entre as características do cenário internacional com a marca nacional. Esse cruzamento deixa perceber claramente a enorme diferença de “partida” nesse processo de digitalização entre nações européias e, por exemplo latino americanas.

Enquanto a Europa e os EUA já tem o sistema desenvolvido, os países latino americanos mais uma vez precisarão adotar um dos sistemas oferecidos por quem já domina a tecnologia e a partir dele promover a adaptação às suas realidades, levando em conta nessa adaptação um sem número de condições possivelmente apresentadas pelos países que a desenvolveram.

Essa relação vertical promove um paradoxo no cenário das telecomunicações. De um lado a televisão digital e a tecnologia a ela associada oferecem um incremento significativo de possibilidades de programação e serviços, prometendo uma revolução que oferece mudanças qualitativas e quantitativas, abrindo um mundo de informações diversas ao usuário. Do outro, em mesma medida e/ou intensidade, a televisão nesse momento de relações globalizadas, ao invés de se diversificar, a partir dos avanços tecnológicos, tem corrido o risco de, mais do que nunca, adotar as feições de um modelo praticamente único, ou seja, o modelo da nação emergente nesta área:

O resultado tanto pode ser uma colagem “pós-moderna” de toda a diversidade cultural, ideológica e mítica do planeta, como também a reiteração infinita e pleonástica do mesmo enunciado. Já não aconteceu a todo mundo varrer todos os canais de televisão num determinado horário, e encontrar em todos eles um telejornal, repetindo a mesma notícia, sob o mesmo e único enfoque, ilustrado com as mesmas imagens obtidas da mesma agência noticiosa? (Machado:146,1988)

Ocorre que, enquanto expressão da globalização, a televisão mundial segue os preceitos desse fenômeno que, por essência, ao intentar tornar-se mundial, homogeneiza e anula as diversidades ao não preservar as diferenças e particularidades regionais:

(...) imagens eletrônicas vindas de diversos países do globo demonstram que, malgrado as variações locais ditadas pelas especificidades culturais ou lingüísticas e por diferenças de suporte econômico, a televisão constrói da mesma maneira, se endereça de forma semelhante ao telespectador, fala sempre no mesmo tom de voz e utiliza o mesmo repertório de imagens sobre qualquer regime político, sob qualquer modelo de tutela insitucional, sob qualquer patamar do progresso cultural ou econômico. (Machado:147,1998)

No entanto, é um contrasenso o sentido único já que deveria, ser em tese, o momento da grande “diversificação” de canais e emissoras e programação advinda do progresso tecnológico. Conforme Bustamante (2003), a tecnologia digital deveria se traduzir em privilégios na área da

televisão já que as novas tecnologias proporcionariam o barateamento dos custos, do aumento da mobilidade e flexibilidade e sobretudo de incremento da produtividade televisiva. E a contrapartida dada exatamente pelo não aproveitamento desses recursos na “pulverização” de vozes midiáticas através da reestruturação do poder televisivo.

A televisão digital parecia destinada a levar a todos os lugares e a um custo bem modesto os benefícios da televisão digital, desde a televisão de alta definição a oferta de múltiplos canais e serviços interativos, Internet inclusive. (Bustamante, 2003: 181)

No caso do cabo, por exemplo, que é uma tecnologia já existente no Brasil, embora inacessível à grande maioria da população, a televisão enquanto negócio se apresenta como a expressão de todo o processo oligopolista próprio da economia globalizada, e por isso, os próprios investimentos, ao contrário da Tv aberta, foram viabilizados pela presença maciça do capital estrangeiro. No Brasil as associações foram feitas, por exemplo, entre Chase Manhattan Bank, Cambras Communications, Clarim, Cabtel e Murdoch.

Quanto à Tv digital, a indústria eletrônica promove pressões e tem grande interesse nos países em desenvolvimento como o Brasil porque vê no seu lançamento, assim como de seus suportes e seus produtos, possibilidades de ganho em escala mundial, inclusive porque há vários anos o mercado está saturado e o crescimento é negativo nos países mais desenvolvidos.

Isso tem ocorrido no mercado televisivo como um todo, de maneira que a Tv digital se apresenta como uma promessa de revitalização do setor, já que o atual modelo tem dado boas mostras de estar passando por uma crise a partir do processo de mundialização econômica. A Tv comercial tem buscado uma série de estratégias para fazer frente a esse momento crítico que exige, como pontuado anteriormente, altas taxas de rentabilidade do setor para se manter “saudável” dentro dessa nova economia por conta da feroz concorrência.

E se a Tv comercial atual não consegue fazer frente às exigências do cenário econômico e político mundial, a situação é ainda mais complicada para a Tv pública, que foi o modelo de televisão que na Europa tem sido vigente até então. A própria guerra das Tvs privadas tem se refletido na rede pública, de maneira que um novo cenário mais difícil para o setor público se anuncia porque é especialmente a Tv pública que sofre com a nova configuração midiática.

Nos países da Europa Ocidental, onde o modelo estatal de gestão dos meios de comunicação foi muito tempo eficaz e manteve as emissoras líderes de audiência até que a introdução de novas tecnologias exigiram uma nova regulamentação a respeito do tema.

Segundo Bustamante (2003) o modelo europeu clássico está se rompendo a partir da migração do broadcasting para o narrowcasting, ao mesmo tempo que há uma perda crescente da

importância da Tv pública nesses países, a partir do fim dos monopólios públicos e da competição privada somados à penúria dos meios públicos e à perda da legitimidade dos serviços públicos. Segundo Amorim (1997), os sistemas de televisão passaram justamente nas últimas duas décadas por grandes mudanças tecnológicas e econômicas como a introdução da televisão por cabo e por satélite e a abertura da televisão comercial. E o cenário só tende a ficar mais difícil com a chegada da Tv digital, de maneira que, segundo o autor, a proteção do interesse público que se dá, entre outras formas, através da existência de um setor de serviço público de medidas de regulamentação incidindo em vários aspectos da atividade televisiva passa a ser modificada. A regulamentação televisiva tem sofrido alterações que acabam com o modelo estatal vigente para atender às novas condições de exercício da atividade televisiva, mas tentando combinar também medidas que se transformasse num instrumento adequado de proteção do interesse público.

No entanto, na esteira desse processo de planetarização, onde o Estado, pelas razões já expostas, perdeu a força e representatividade, e pela hegemonia do modelo americano liberal, essa realidade vem mudando atualmente, fruto das mudanças no cenário econômico mundial, de maneira que as redes privadas estão ganhando força. A esse respeito Lopes diz:

Uma visão diferente apareceu nos anos 80, caracterizados por um retorno do modelo liberal de Estado não intervencionista, o que proporcionou um movimento de desregulação, provocando a crise do serviço público. A esta fase sucedeu uma outra que atravessa os anos 90, menos entusiasta do liberalismo, mas não tão segura da necessidade de fortalecimento dos serviços públicos.(...) A crise na televisão pública é notória". (Lopes, 1999: 157)

A previsão da ocupação privada no cenário midiático é corroborada por Wolton:

Na Europa Ocidental o movimento vai mais depressa – na Espanha, na Grécia, em Portugal – com o risco de que uma boa parte da indústria da comunicação nesses países passe para o controle financeiro de capitais privados estrangeiros. (Wolton: 1996:300)

Apesar do rompimento do monopólio estatal da televisão de serviço público e da expansão da televisão de mercado, o serviço público se mantém devido à convicção segundo Amorim (1997) de que sua existência é importante para a proteção do interesse público, mesmo depois da separação entre a noção de interesse geral e o modo público de gestão de serviço:

O caráter público de uma entidade começou a ser visto não como consequência de seu estatuto jurídico, mas das suas funções que desempenha. Nesses termos, passou-se a admitir que entidades, consideradas públicas sob o aspecto jurídico-formal, podem muitas vezes ter atuação contrária aos interesses públicos, enquanto outras, consideradas privadas pelo mesmo critério, podem realizar funções de interesse público. (Amorim, 1997: 544)

Sobre a televisão especificamente, Amorim é categórico ao afirmar a necessidade da autonomia em relação às limitações econômicas:

Difícilmente pode-se aceitar a idéia de que um serviço de televisão, funcionando de acordo com a lógica econômica, venha proporcionar, mesmo em regime de competição, um repertório simbólico apto a atender a diversidade de exigências sociais, políticas e culturais que dele se espera. (...) A lógica econômica é, por natureza, limitadora da amplitude que deve ter um serviço de televisão. Na televisão de mercado a ênfase é dada ao econômico; e tudo que extrapola esta prioridade somente estará presente de maneira incidental, como subproduto. (Amorim, 1997: 54)

A saída tem sido ou novas estratégias como reforço das funções dos serviço público, ou risco de marginalização ou, ainda, a busca da maximização comercial de sua oferta que agudiza a perda de legitimidade. A retirada do Estado é também gerada pela flexibilização e desregulamentação do setor que pode resultar na dominação total das redes privadas na era digital, de maneira que as novas redes se conformam como um setor fortemente oligopolista e não poucas vezes cruzado com o poder das comunicações tradicionais.

Por estas pontuações é possível dizer que o processo de desregulamentação que está associado à introdução nas novas tecnologias vai determinar em última análise a dominação quase total das redes privadas nesse início de televisão digital. A desregulamentação desfez, por exemplo, barreiras que impediam a concentração de operadoras de setores e atividades como, por exemplo, o da distribuição de serviços audiovisuais. Dessa maneira, as novas redes configuram um setor fortemente oligopolista e não poucas vezes de poder cruzado com as comunicações tradicionais. No dizer de Bustamante:

Os difusores por satélite digital estão se organizando na prática em escala continental ou intercontinental, dando lugar a autênticos cartéis, com distribuição implícita ou explícita do mercado internacional como não se via desde a pré história das agências mundiais de notícias. (Bustamante: 2003, 182)

No âmbito da produção televisiva, os empresários europeus se aliam na Europa a grandes grupos norte-americanos de televisão digital como por exemplo Time Warner, Direct Tv, com Canal Plus da França; Galaxy e Direct Tv e Via digital na Espanha. O mesmo acontece na América Latina onde os grupos clássicos deram um salto tecnológico através de alianças com multinacionais norte-americanas. É o caso da Televisa e Globo com Sky, Cisneros e Clarín com DTV. Por essa via e por acordos exclusivos para compra de produção às cegas as maiores empresas norte-americanas conseguem exportar suas programações completas.

É preciso considerar que o investimento tecnológico sempre foi uma preocupação dos americanos que ao fazer grandes investimentos nessa área, sobrepondo a técnica ao conteúdo e por isso, nesse âmbito, se apresenta como padrão de referência – pelo menos em tecnologia – aos demais países. E é exatamente por conta dessa “liderança” técnica que as emissoras européias – e talvez do mundo inteiro – parecem se apropriar desse padrão de televisão liberal porque, sobretudo, pode oferecer a “readequação produtiva” oportuna às emissoras, na medida em que está de acordo com as exigências do desenvolvimento econômico próprio de tempos globais. Naturalmente, a preocupação com a qualidade da programação ocupa um lugar bem distante das impositivas preocupações com rentabilidade, de maneira que as novas tecnologias podem ser mais tradução de expectativas de lucratividade do que programação qualificada.

No dizer de Jambeiro:

A convergência de capitais e tecnologias necessita de operadores, criadores, produtores, gestores que não apenas dominem as tecnologias mas sobretudo compreendam seus caráter convergente. A convergência passou a ser pois, além de componente econômico e tecnológico no processo de produção, também um atributo e um condicionador dos serviços e das práticas profissionais no campo da informação e das comunicações. Estes fenômenos são fortes condicionantes do desenvolvimento econômico, político e social, assim como da preservação da identidade cultural de cada estado-nação. Em primeiro lugar porque as atividades das sociedades repousam cada vez mais em estruturas de informação; consolidar estas estruturas é, hoje, parte do planejamento estratégico de todas as nações, em função de sua sobrevivência e do seu desenvolvimento. E segundo, porque a possibilidade de sucesso na manutenção da identidade cultural de cada país reside, em grande medida, em

conseguir-se bom potencial de produção e consumo de conteúdos que correspondam aos valores, experiências e perspectivas de seus cidadãos, na sua língua pátria. (Jambeiro apud Jambeiro& Bolaño& Brittos (orgs.) , 82: 2004.

Dessa maneira, cria-se um círculo vicioso onde fica claro que a reafirmação da identidade cultural depende da ascendência econômica de cada nação, que por sua vez está ligada também ao potencial tecnológico. Significa dizer que as inovações tecnológicas podem ser revolucionárias na sua essência, mas excludentes e conservadoras na prática. Por estarem vinculadas a um contexto sócio-político-econômico sempre sofrerão as contingências deste, de modo que mesmo sendo excelentes em tese poderão se mostrar não só inúteis ou distantes como inclusive nocivas na medida em que podem criar o apartheid social.

Na questão da Tv digital, na medida em que ela se projeta como a reunião de vários produtos e serviços, estes estarão a serviços das ambições dos ganhos dos oligopólios do setor, e ao que tudo indica, distante do acesso e da preocupação com a alfabetização digital que deveriam estar na pauta das preocupações de implantação do sistema. E não estão.

O impacto disso num país como o Brasil por exemplo poderá ser o de marginalização total de boa parte da população. Ou seja, a convergência só mostra mais uma vez que, como todas as outras dimensões da estrutura do capitalismo tardio, não tem preocupações relativas à cidadania, embora pudesse representar muito para as conquistas nessa área. O processo de digitalização está absolutamente vinculado às questões do capital e do poder sem promessa de oferecer quase nada à grande maioria da população, ainda que possa oferecer quase tudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BRITTOS, Valério (org.). *Comunicação, informação e espaço público*. Exclusão no mundo globalizado. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002.
- 2 BUSTAMANTE, Enrique (coord.). *Hacia un nuevo sistema mundial de comunicación*. Barcelona: Gedisa editorial, 2003.
- 3 CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 4. Ed. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- 4 _____, Manuel. *Tecnología de la información y capitalismo global*. In: GIDDENS, Anthony. São Paulo: Critérios, 2000.
- 5 CAPPARELLI, Sérgio (org.). *Enfim, sós: a nova televisão no cone sul*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

- 6 FERREIRA, Vanda. *Teletexto: Televisão para ler*. Orbecom, Acessado em julho de 2003. Disponível em www.aind.pt/meios2003/rev_junho/televisão
- 7 JAMBEIRO, Othon & BOLAÑO, César & BRITTOS, Valério. *Comunicação, Informação e Cultura*. Salvador: Edufba, 2004.
- 8 LEAL FILHO, Laurindo. *A melhor Tv do mundo: o modelo britânico de comunicação*. São Paulo: Summus, 1997.
- 9 LOPES, Felisbela. *O telejornalismo e o serviço público*. Coimbra: Minerva, 1999.
- 10 MACHADO, Arlindo. *A arte do vídeo*. São Paulo: Brasiliense, 1988 .
- 11 _____. *Máquina e Imaginário*. São Paulo: Edusp, 1993.
- 12 MATTOS, Sérgio. *A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)*. Salvador: Ianamá, 2000.
- 13 _____(org.). *A Televisão na era da globalização*. Salvador: Ianamá, 1999.
- 14 SILVERSTONE, Roger. *El Consumo de la moderna tecnologia en el hogar y en la familia*. In: SILVERSTONE, Roger, HIRSCH, Eric. *Los efectos de la nueva comunicación*. Barcelona: Bosch, 1996.
- 15 TOYNBEE, Polly. *Quem tem medo da cultura global*. In: GIDDENS, Anthony & Hutton, Will. *No limite. Vivendo no capitalismo global*. Londres: Jonathan Cape: 2000.
- 16 WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público*. Uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.